

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.065, DE 2021

Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, institui o Programa de Autorizações Ferroviárias, e dá outras providências



CD/21291.07649-00

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte § 7º ao art. 12 da Medida Provisória nº 1.065, de 2021:

“Art.12.

.....

§ 7º O contrato de autorização poderá excepcionalmente, mediante justificação, prever a exclusividade, por prazo determinado, da autorizatária para a exploração do serviço em trecho ou região geográfica específica, desde que constatada absoluta inviabilidade técnica ou econômica da sua exploração em regime de livre mercado.

JUSTIFICAÇÃO

Durante as discussões do Projeto de Lei nº 7.063, de 2017, cujo substitutivo – que aguarda apreciação pelo Plenário desta Casa – propõe a Lei Geral de Concessões, analisamos com profundidade a questão das autorizações para exploração de serviços públicos.

Na linha do que restou delineado na proposta de Lei Geral de Concessões, acreditamos ser necessário permitir a outorga de autorização com

exclusividade e com prazo determinado para situações muito especiais, em que forem constatadas a inviabilidade técnica ou econômica da exploração do serviço em regime de livre mercado. Trata-se, vale ressaltar, de uma possibilidade para o Poder Público, que deverá analisar minuciosamente a situação concreta. Se essa é a única forma de se oferecer o serviço aos usuários, que assim seja por um determinado período.

Nesse sentido, estamos propondo o acréscimo de um parágrafo no art. 12 da Medida Provisória, que viabilizará a exclusividade da autorização.

Esclareço, por fim, que esta e as demais emendas ora apresentadas são fruto de contribuições que recebi na qualidade de Coordenador Político da Comissão de Infraestrutura e Logística da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA e, ainda, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2021.



Deputado ARNALDO JARDIM